

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

1.1 Diante da necessidade de regulamentação do planejamento, execução e gestão de atas e contratos firmados pela Prefeitura Municipal de Caruaru, com o objetivo de assegurar os atributos finalísticos do processo de contratação pública, como os da eficácia, eficiência, efetividade, celeridade, economicidade, através de procedimentos que salvaguardem os princípios inerentes a contratações públicas, foi publicado o Decreto nº 009, de 17 de janeiro de 2024, que regulamenta o artigo 18 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dispõe sobre a Fase Preparatória das contratações públicas no âmbito da Administração Pública do Município de Caruaru e dá outras providências.

1.2 Inicialmente, destaca-se que a fase de planejamento tem como escopo a otimização da performance das operações e dos projetos, considerando o macroprocesso da logística pública e todas as suas diretrizes norteadoras.

1.3 Nessa senda, considerando que as aquisições governamentais produzem impacto significativo na atividade econômica do órgão e que um planejamento bem elaborado propicia aquisições potencialmente mais eficientes, a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

1.4 Neste contexto, o presente documento apresenta os estudos preliminares que visam assegurar a viabilidade técnica e econômica da solução proposta, considerando a necessidade administrativa por parte da Secretária de Educação em assegurar condições adequadas para o **desenvolvimento das atividades pedagógicas vinculadas à Gerência de Arte Educação, à Orquestra da Educação Municipal Maestro Clóvis Pereira, ao componente curricular CCM (Cultura, Corpo e Movimento, às Bandas Marciais do Município e oficinas das demais linguagens da arte** . A medida visa garantir a continuidade, a qualidade e a ampliação das práticas artístico-culturais, em consonância com as diretrizes educacionais vigentes.

1.5 O estudo pretende evidenciar a necessidade a ser resolvida, apontando a melhor solução para a administração pública, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.

1.6 Para tanto, o estudo buscou organizar a forma de apresentação dos itens considerados obrigatórios, seguindo, dentro do possível, como referência, a ordem disposta no parágrafo primeiro do art. 18 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Administração Pública Municipal, no exercício de suas competências constitucionais e legais, tem como dever assegurar a oferta de educação pública de qualidade orientada à formação integral dos estudantes, em consonância com os princípios estabelecidos pela Constituição Federal, pela Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e pelas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que reconhecem as linguagens artísticas e as práticas culturais como componentes fundamentais do processo formativo. Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Educação de Caruaru, por intermédio da Gerência de Arte Educação, desenvolve políticas pedagógicas estruturadas voltadas à promoção das diversas linguagens artísticas no ambiente escolar.

2.2 As práticas artísticas no ambiente escolar desempenham papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, criativo, cultural, afetivo, socioemocional e físico dos estudantes, contribuindo para a promoção da diversidade cultural, o fortalecimento da identidade individual e coletiva, o estímulo à criatividade, o desenvolvimento de habilidades sociais e colaborativas, bem como para o aprimoramento do pensamento crítico. Além disso, tais práticas favorecem a aprendizagem interdisciplinar, ampliam o engajamento dos alunos no ambiente escolar e impactam positivamente indicadores educacionais, como desempenho acadêmico, frequência e permanência na escola.

2.3 Nesse sentido, destaca-se a consolidação do **Projeto Arte Educação**, presente em mais de uma centena de unidades escolares da rede municipal e desenvolvido em todas as modalidades de ensino, Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais, Educação em Tempo Integral e Educação de Jovens e Adultos. O projeto contempla oficinas e atividades nas áreas de música, teatro, dança, capoeira, literatura de cordel, audiovisual, entre outras expressões artísticas, integrando-se à rotina escolar e aos componentes curriculares. Ressalte-se, ainda, o caráter inclusivo do projeto, que atende número significativo de estudantes com necessidades educacionais específicas, promovendo socialização, participação efetiva e equidade no acesso às práticas culturais.

2.4 Além disso, a Gerência de Arte também é responsável pela coordenação da Orquestra da Educação Municipal Maestro Clóvis Pereira, pelo desenvolvimento do componente curricular CCM (Cultura, Corpo e Movimento) e pelo acompanhamento das Bandas Marciais, além das diversas oficinas de Arte Educação ofertadas nas unidades escolares. Essas iniciativas exercem relevante função pedagógica, cultural e social, promovendo formação musical estruturada, práticas corporais, expressões da cultura popular, produção audiovisual e experiências interdisciplinares. A execução qualificada dessas ações depende diretamente da disponibilidade de instrumentos musicais, equipamentos específicos, materiais pedagógicos e itens de manutenção adequados às diferentes linguagens artísticas e corporais desenvolvidas.

2.5 Todavia, verificou-se que o acervo atualmente disponível é insuficiente para atender, de forma adequada e contínua, às demandas pedagógicas decorrentes da ampliação dos projetos desenvolvidos, bem como apresenta desgaste natural em razão do uso prolongado. A inexistência ou a insuficiência de instrumentos musicais, equipamentos específicos, materiais para manutenção dos já existentes, compromete a execução das

ações planejadas, limita o alcance dos objetivos educacionais e impacta negativamente a qualidade das práticas artístico-culturais ofertadas.

2.6 Diante desse cenário, a contratação torna-se necessária e imprescindível para a aquisição de instrumentos musicais, equipamentos, materiais de apoio pedagógico e itens para manutenção dos já existentes, de modo a assegurar condições adequadas para a continuidade, melhoria e ampliação das atividades desenvolvidas no âmbito do Arte Educação, da Orquestra Municipal Maestro Clóvis Pereira, do componente curricular CCM (Cultura, Corpo e Movimento) e das Bandas Marciais do Município. A medida visa garantir a efetividade das políticas educacionais voltadas à formação integral dos estudantes, observando-se as diretrizes educacionais vigentes, os princípios da eficiência, do interesse público e da adequada prestação do serviço educacional.

3. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

3.1. A presente demanda está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2026, em conformidade com o disposto no art. 18, caput e §1º, II, da Lei nº 14.133/2021. Tal inclusão reflete o planejamento estratégico da Administração, considerando-se os princípios da eficiência, economicidade e alinhamento às diretrizes governamentais estabelecidas.

3.2. O atendimento a esta necessidade foi identificado como essencial no planejamento setorial, sendo avaliado com base em critérios objetivos que reforçam sua prioridade para o alcance das metas institucionais previstas para 2026.

3.3. Dessa forma, a contratação proposta segue rigorosamente os parâmetros traçados pelo PCA 2026, garantindo transparência e previsibilidade, conforme exigido pela legislação vigente

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se ao levantamento de mercado com o objetivo de identificar, analisar e comparar as possíveis alternativas existentes para o atendimento da necessidade administrativa identificada neste Estudo Técnico Preliminar.

4.2. O levantamento teve por finalidade avaliar soluções disponíveis no mercado capazes de suprir a demanda por instrumentos musicais, equipamentos pedagógicos, materiais de apoio e itens destinados à manutenção e reposição de instrumentos já existentes, observando-se critérios de viabilidade técnica, economicidade, eficiência administrativa, adequação pedagógica, sustentabilidade da solução e aderência ao interesse público.

4.3. Para a realização da presente análise foram consideradas as experiências administrativas anteriores, práticas adotadas por outras redes públicas de ensino, bem como as características específicas das atividades pedagógicas desenvolvidas no âmbito da Gerência de Arte Educação, da Orquestra da Educação Municipal Maestro Clóvis Pereira, do componente curricular Cultura, Corpo e Movimento – CCM, das Bandas Marciais escolares e das oficinas das demais linguagens da arte ofertadas nas unidades educacionais da rede municipal.

4.4 Alternativas Identificadas no Mercado

4.4.1 A partir da análise das condições operacionais da rede municipal de ensino e da observação das soluções disponíveis no mercado, foram identificadas e avaliadas as seguintes alternativas para atendimento da necessidade administrativa.

4.4.1.1 Alternativa 1 – Utilização exclusiva do acervo atualmente existente

4.4.1.1.1. Consiste na manutenção das atividades pedagógicas e musicais exclusivamente com os instrumentos, equipamentos e materiais atualmente disponíveis no acervo da rede municipal de ensino.

➤ **ANÁLISE:**

4.4.1.1.2.1. Esta alternativa mostrou-se tecnicamente inviável, tendo em vista que levantamento realizado pela área técnica da Secretaria Municipal de Educação constatou:

- a) insuficiência quantitativa de instrumentos e materiais para atendimento da demanda existente;
- b) desgaste natural decorrente do uso contínuo dos equipamentos;
- c) ampliação das atividades pedagógicas vinculadas ao Projeto Arte Educação e às Bandas Marciais escolares.

4.4.1.1.2.2. A adoção dessa alternativa comprometeria a continuidade das atividades formativas, limitaria a expansão das ações pedagógicas e prejudicaria a qualidade das práticas artístico-culturais desenvolvidas na rede municipal.

4.4.1.1.2.3. Dessa forma, conclui-se que a utilização exclusiva do acervo atual não atende às necessidades identificadas pela Administração Pública.

4.4.1.2 Alternativa 2 – Compartilhamento ou remanejamento de materiais entre unidades

4.4.1.2.1. Esta alternativa consiste no remanejamento temporário de instrumentos musicais, equipamentos e materiais pedagógicos entre as unidades escolares da rede municipal e os projetos educacionais vinculados à Gerência de Arte Educação, com o objetivo de redistribuir o acervo existente de forma compartilhada para suprir demandas pontuais, sem a necessidade de novas aquisições.

➤ **ANÁLISE:**

4.4.1.2.2.1. A análise desta alternativa demonstrou que, embora o remanejamento de materiais possa ocorrer de forma excepcional e complementar em situações específicas, ela não se sustenta como solução estrutural para o atendimento da demanda identificada pela Secretaria Municipal de Educação, considerando a amplitude, a simultaneidade e a natureza contínua das atividades pedagógicas artístico-culturais desenvolvidas na rede municipal de ensino.

4.4.1.2.2.2. Do ponto de vista quantitativo, o levantamento técnico realizado pela área competente da Secretaria Municipal de Educação constatou que o acervo atualmente disponível é insuficiente para atender, de forma integral, às demandas do Projeto Arte Educação, presente em mais de uma centena de unidades escolares, da Orquestra da Educação Municipal Maestro Clóvis Pereira, do componente curricular Cultura, Corpo e Movimento – CCM e das Bandas Marciais escolares. Diante desse déficit quantitativo,

o remanejamento entre unidades redistribuiria uma escassez já existente, sem resolver o problema de fundo.

4.4.1.2.2.3. Do ponto de vista operacional, o remanejamento frequente de instrumentos musicais entre unidades escolares implica riscos significativos de avarias e desgaste prematuro dos equipamentos, decorrentes do transporte, manuseio e acondicionamento inadequados durante o deslocamento. Instrumentos como violinos, violoncelos, contrabaixos, trompetes, trombones, trompas e demais itens de precisão acústica exigem cuidados específicos de transporte e armazenagem, sendo particularmente vulneráveis a danos físicos que comprometem sua afinação, funcionalidade e vida útil.

4.4.1.2.2.4. A adoção desta alternativa geraria, ainda, impacto direto sobre o controle patrimonial dos bens públicos. O deslocamento contínuo de instrumentos entre múltiplas unidades dificulta o rastreamento, a responsabilização e a guarda adequada dos equipamentos, elevando o risco de extravios, deteriorações não registradas e irregularidades no inventário patrimonial da Administração Municipal.

4.4.1.2.2.5. Do ponto de vista pedagógico, o remanejamento ocasionaria a interrupção das atividades nas unidades de origem, uma vez que os instrumentos cedidos temporariamente deixariam de estar disponíveis para os estudantes e grupos que deles dependem regularmente. Considerando que as atividades do Projeto Arte Educação, das Bandas Marciais e da Orquestra Municipal ocorrem de forma simultânea e contínua ao longo do ano letivo, em diferentes unidades e turnos, não há margem operacional para o compartilhamento eficiente do acervo existente sem prejuízo à execução das ações planejadas.

4.4.1.2.2.6. Acrescente-se, por fim, que a diversidade e a especificidade dos materiais demandados, que abrangem desde instrumentos de cordas, sopros e percussão orquestral até , materiais para práticas corporais como capoeira e CCM, e itens para manutenção dos instrumentos já existentes, tornam inviável qualquer estratégia de compartilhamento que atenda, de forma satisfatória, às distintas linguagens artísticas e pedagógicas contempladas pela Gerência de Arte Educação.

4.4.1.2.2.7. Dessa forma, conclui-se que o compartilhamento ou remanejamento de materiais entre unidades não se configura como solução adequada, eficiente ou sustentável para o atendimento da necessidade administrativa identificada, sendo insuficiente tanto sob o aspecto quantitativo quanto sob os aspectos operacional, patrimonial e pedagógico

4.4.1.3 Alternativa 3 – Locação de instrumentos e equipamentos

4.4.1.3.1 Esta alternativa consiste na contratação de empresas especializadas para a locação temporária de instrumentos musicais e equipamentos destinados às atividades pedagógicas desenvolvidas no âmbito da Gerência de Arte Educação, da Orquestra da Educação Municipal Maestro Clóvis Pereira, do componente curricular Cultura, Corpo e Movimento – CCM, das Bandas Marciais escolares e das demais oficinas de linguagens artísticas ofertadas pela rede municipal de ensino.

➤ ANÁLISE:

4.4.1.3.2.1. A análise desta alternativa demonstrou que a locação de instrumentos e equipamentos apresenta desvantagens técnicas, econômicas e operacionais relevantes para a Administração Pública, especialmente considerando a natureza permanente, contínua e estrutural das atividades educacionais artístico-culturais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação de Caruaru.

4.4.1.3.2.2. Do ponto de vista econômico, a locação implica o pagamento recorrente de contraprestação financeira sem que, ao final do período contratual, haja qualquer incorporação de bem ao patrimônio público municipal. Considerando que a rede municipal conta com mais de uma centena de unidades escolares atendidas pelo Projeto Arte Educação, além da Orquestra Municipal, das Bandas Marciais e das oficinas de CCM, a demanda por instrumentos e equipamentos é contínua e de largo alcance, o que torna os custos acumulados da locação significativamente superiores ao valor de aquisição definitiva no médio e longo prazo. Trata-se, portanto, de solução economicamente desvantajosa para o erário.

4.4.1.3.2.3. Do ponto de vista operacional e pedagógico, a locação apresenta restrições quanto à padronização dos instrumentos, uma vez que os equipamentos disponibilizados por fornecedores dependem de seus próprios estoques, podendo variar em modelo, qualidade, afinação e estado de conservação, comprometendo a uniformidade necessária ao trabalho pedagógico coletivo, especialmente nas práticas de formação musical estruturada da Orquestra e das Bandas Marciais. Ademais, a disponibilidade e a reposição dos instrumentos ficam condicionadas à capacidade operacional da empresa locadora, gerando insegurança quanto à continuidade das atividades.

4.4.1.3.2.4. A dependência de contratos de locação cria, ainda, vulnerabilidade administrativa: eventuais rescisões, inadimplementos ou dificuldades na renovação contratual poderiam ocasionar a interrupção das atividades pedagógicas em andamento, prejudicando diretamente os estudantes atendidos, incluindo aqueles com necessidades educacionais específicas, para quem as práticas artísticas exercem função inclusiva fundamental.

4.4.1.3.2.5. Acrescente-se que a locação não contribui para a formação, ampliação e consolidação do patrimônio público municipal. Os instrumentos musicais, especialmente aqueles destinados a atividades educacionais de caráter permanente como as da Orquestra Municipal e das Bandas Marciais, representam bens de elevada durabilidade quando submetidos a uso regular e manutenção adequada, o que reforça a vantajosidade da aquisição definitiva em detrimento da locação.

4.4.1.3.2.6. Dessa forma, conclui-se que a locação de instrumentos e equipamentos não se apresenta como solução economicamente vantajosa, pedagogicamente adequada, nem administrativamente recomendável para o atendimento da necessidade identificada pela Secretaria Municipal de Educação de Caruaru, razão pela qual esta alternativa é descartada.

4.4.1.4 Alternativa 4 – Aquisição definitiva dos materiais por meio de processo licitatório

4.4.1.4.1. Esta alternativa consiste na aquisição direta e definitiva de instrumentos musicais, equipamentos pedagógicos, materiais de apoio e itens destinados à manutenção dos instrumentos já existentes, por meio de regular processo licitatório,

conforme especificações técnicas e quantitativos definidos neste Estudo Técnico Preliminar e detalhados no Anexo I. Os materiais adquiridos serão incorporados ao patrimônio público municipal e destinados ao atendimento permanente das atividades desenvolvidas pela Gerência de Arte Educação, pela Orquestra da Educação Municipal Maestro Clóvis Pereira, pelo componente curricular Cultura, Corpo e Movimento – CCM, pelas Bandas Marciais escolares e pelas oficinas das demais linguagens artísticas ofertadas na rede municipal de ensino.

➤ **ANÁLISE:**

4.4.1.4.2.1. A análise desta alternativa demonstrou ser a que melhor atende, sob todos os aspectos relevantes, à necessidade administrativa identificada pela Secretaria Municipal de Educação de Caruaru, apresentando plena aderência técnica, pedagógica, econômica e jurídica à demanda descrita neste Estudo Técnico Preliminar.

4.4.1.4.2.2. Do ponto de vista da suficiência e da continuidade, a aquisição definitiva garante a disponibilidade permanente dos instrumentos e equipamentos necessários à execução das atividades pedagógicas ao longo de todo o ano letivo, em todas as unidades escolares e projetos atendidos, sem as limitações operacionais inerentes ao remanejamento ou à dependência de contratos de locação. O acervo incorporado ao patrimônio municipal estará disponível de forma ininterrupta, assegurando a regularidade das práticas artístico-culturais desenvolvidas com mais de uma centena de unidades escolares da rede municipal, em todas as modalidades de ensino — Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais, Educação em Tempo Integral e Educação de Jovens e Adultos.

4.4.1.4.2.3. Do ponto de vista econômico, a aquisição definitiva representa a solução mais vantajosa para o erário no médio e longo prazo. Ao contrário da locação, que implica pagamento recorrente sem incorporação patrimonial, a compra dos bens produz um investimento único que gera retorno continuado ao longo de toda a vida útil dos instrumentos e equipamentos. Instrumentos musicais de qualidade adequada ao uso educacional coletivo, quando submetidos a manutenção regular, viabilizada, inclusive, pelos itens de reposição previstos no Anexo I deste ETP, apresentam longa durabilidade, maximizando a relação custo-benefício para a Administração Pública.

4.4.1.4.2.4. Do ponto de vista patrimonial, a aquisição definitiva permite a formação, a ampliação e a consolidação do acervo público municipal de instrumentos musicais e equipamentos pedagógicos, com o correspondente registro e controle patrimonial dos bens adquiridos. Isso assegura maior responsabilização na guarda e utilização dos equipamentos, facilita a realização de inventários periódicos e contribui para a preservação do patrimônio público ao longo do tempo.

4.4.1.4.2.5. Do ponto de vista pedagógico, a aquisição definitiva possibilita a padronização dos instrumentos e equipamentos utilizados nas atividades educacionais, fator essencial para a qualidade das práticas coletivas de formação musical, especialmente no âmbito da Orquestra da Educação Municipal Maestro Clóvis Pereira e das Bandas Marciais escolares, onde a uniformidade entre os instrumentos é condição técnica indispensável para a harmonia do conjunto. A padronização favorece, ainda, a adoção de metodologias pedagógicas estruturadas e a progressão técnica dos estudantes ao longo de sua formação musical.

4.4.1.4.2.9. Dessa forma, conclui-se que a aquisição definitiva dos materiais por meio de processo licitatório é a alternativa que reúne as melhores condições técnicas, econômicas, operacionais, patrimoniais e jurídicas para o atendimento integral da necessidade administrativa identificada, configurando-se como a **solução escolhida** pela Administração Pública Municipal para instrumentalizar a presente contratação, nos termos e condições definidos neste Estudo Técnico Preliminar e em seus anexos.

4.5 Quadro Comparativo das Alternativas

Critério Avaliado	Alternativa 1 Acervo Atual	Alternativa 2 Remanejamento	Alternativa 3 Locação	Alternativa 4 Aquisição
Atendimento integral da demanda	Não atende	Atende parcialmente	Atende parcialmente	Atende plenamente
Continuidade das atividades	Comprometida	Instável	Temporária	Garantida
Adequação pedagógica	Insuficiente	Limitada	Limitada	Adequada
Viabilidade econômica	Não viável	Limitada	Não viável no médio prazo	Viável
Padronização dos materiais	Não assegurada	Não assegurada	Parcial	Assegurada
Segurança patrimonial	Não assegurada	Não assegurada	Parcial	Assegurada
Conformidade com o interesse público	Não atende	Não atende plenamente	Não atende plenamente	Atende plenamente

4.6 Solução que Melhor Atende à Necessidade Identificada

4.6.1. Diante da análise comparativa das alternativas avaliadas, conclui-se que a aquisição direta dos materiais por meio de regular processo licitatório configura-se como a solução mais adequada e vantajosa para a Administração Pública.

4.6.2. A solução adotada permitirá:

- A) atendimento integral e contínuo das demandas pedagógicas do Projeto Arte Educação;
- B) estruturação e fortalecimento da Orquestra da Educação Municipal Maestro Clóvis Pereira;
- C) suporte às práticas do componente curricular Cultura, Corpo e Movimento – CCM;
- D) adequado funcionamento das Bandas Marciais escolares;
- E) apoio às atividades pedagógicas relacionadas às linguagens da arte, incluindo música, capoeira e demais expressões culturais;
- F) padronização e adequação técnica dos materiais utilizados nas atividades educacionais;
- G) economicidade no médio e longo prazo;
- H) preservação e ampliação do patrimônio público municipal.

4.6.3. Dessa forma, a solução proposta encontra-se em consonância com os princípios da eficiência, do planejamento, da economicidade e do interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.7. Ademais, o levantamento de mercado realizado fundamenta a escolha da solução consistente na **aquisição de equipamentos, instrumentos musicais e materiais destinados à manutenção dos instrumentos já existentes**, conforme especificações técnicas e quantitativos definidos no **Anexo I** deste documento.

4.8. A solução proposta demonstra-se adequada para atender às necessidades institucionais da Secretaria Municipal de Educação, assegurando suporte material para a continuidade e o adequado desenvolvimento das atividades pedagógicas vinculadas ao **Projeto Arte Educação, à Orquestra da Educação Municipal Maestro Clóvis Pereira, ao componente curricular Cultura, Corpo e Movimento – CCM, às Bandas Marciais escolares**, bem como às oficinas das demais linguagens da arte desenvolvidas nas unidades educacionais da rede municipal.

4.9. A disponibilização desses recursos materiais é indispensável para possibilitar a execução das atividades pedagógicas planejadas, garantindo que as ações voltadas à promoção das práticas artísticas, culturais e corporais sejam desenvolvidas de forma contínua, estruturada e eficaz nas unidades escolares da rede municipal.

4.10. A solução adotada encontra-se em conformidade com as disposições da **Lei nº 14.133/2021**, especialmente no que se refere ao planejamento das contratações públicas e à busca pela solução mais adequada e vantajosa para o atendimento do interesse público.

4.11. Nesse contexto, no âmbito da fase preparatória, ainda no levantamento de mercado realizado, visando à identificação da solução mais vantajosa para o atendimento da necessidade pública. A análise foi conduzida também com base em **duas abordagens complementares**, visando garantir robustez técnica, jurídica e operacional à definição da estratégia de contratação.

4.11.1 A primeira abordagem consistiu na pesquisa de contratações análogas realizadas por outros entes da Administração Pública, especialmente municípios de porte semelhante ou com políticas educacionais compatíveis. O objetivo foi identificar boas práticas, padrões consolidados e soluções replicáveis, conferindo maior segurança jurídica e técnica à definição da modalidade de aquisição, em consonância com o princípio da busca pela solução mais eficiente e vantajosa ao interesse público (art. 11, I, da Lei nº 14.133/2021).

4.11.2 A segunda abordagem consistiu na análise das possíveis formas de contratação para aquisição dos itens, avaliando-se os modelos previstos na legislação de compras públicas, tais como licitação convencional, adesão a atas de registro de preços vigentes, e eventual dispensa ou inexigibilidade, conforme o enquadramento legal. Essa análise considerou a natureza do objeto, o volume da demanda e a urgência do atendimento, buscando identificar a modalidade que assegurasse maior eficiência, economicidade e segurança jurídica ao processo.

4.12. As duas abordagens metodológicas adotadas permitiram avaliar de forma abrangente a viabilidade da contratação, assegurando que a definição da solução considerasse não apenas aspectos econômicos, mas também fatores técnicos, operacionais, legais e pedagógicos relacionados à execução das políticas públicas educacionais.

4.13 EIXO 1- Pesquisa de processos licitatórios com necessidades administrativas semelhantes:

4.13.1 Com o objetivo de subsidiar a análise das soluções disponíveis no mercado e conferir maior robustez técnica à definição da estratégia de contratação, foi realizado levantamento de processos licitatórios promovidos por outros órgãos e entidades da Administração Pública que apresentaram **necessidades administrativas semelhantes àquelas identificadas por esta Municipalidade**, conforme descrito no **Tópico 2** deste **Estudo Técnico Preliminar**.

4.13.2 A pesquisa teve por finalidade identificar as soluções adotadas por outros entes públicos para o atendimento de demandas relacionadas à aquisição de instrumentos musicais, equipamentos pedagógicos e materiais de apoio destinados ao desenvolvimento de atividades educacionais, culturais e formativas.

4.13.3 A análise das contratações públicas análogas permite identificar **boas práticas administrativas, modelos de contratação adotados e padrões de aquisição consolidados no setor público**, contribuindo para a definição de solução compatível com as necessidades institucionais e em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na **Lei nº 14.133/2021**.

4.13.4 Nesse sentido, foram identificados os seguintes processos licitatórios realizados por órgãos públicos que apresentaram objeto semelhante ao da presente contratação:

Órgão/Entidade Contratante	Forma de Contratação	Objeto da Contratação	Fonte Pública de Consulta
Estado do paraná secretaria de estado da educação	Pregão eletrônico: pe: n� 90853/2025 gms: 853/2025 uasg: 925443	Aquisição de instrumentos musicais – kit banda para atendimento a demanda de 9 (nove) instituições de ensino do estado do paraná, e atendimento dos termos de compromisso n.é 202100617-5, par 3 e 973368-5, par 4	https://pncp.gov.br/ap/p/editais/76416965000121/2025/214
Secretaria de estado da educação da paraíba - see/pb	Pregão eletrônico n� 221/2025 .Processo administrativo n�. 22.000.015421.2025	Aquisição de instrumentos musicais	https://pncp.gov.br/ap/p/editais/08778250000169/2025/82
Estado do maranhão secretaria de estado da administração - sead	Pregão eletrônico n� 0114/2025 – salic/ma processo sead/00006/2025	Registro de preços para aquisição de instrumentos musicais.	https://pncp.gov.br/ap/p/editais/15553806000184/2025/42
Governo do estado de pernambuco Secretaria de administração	Pregão eletrônico n� 0441/2024 processo licit�torio n� 1572/2024	A formação de ata de registro de preços para o Fornecimento eventual de instrumentos musicais para as bandas e fanfarras das escolas da rede Pública estadual de ensino e para a banda marcial waldenilson cunha costa pertencente à Secretaria de educação e esportes	https://pncp.gov.br/ap/p/editais/10572022000180/2024/629

4.13.5. Diante do levantamento apresentado, evidencia-se que diversos órgãos e entidades públicas, com necessidades administrativas similares às desta Municipalidade, têm adotado a contratação de empresas especializadas para o **fornecimento de equipamentos, instrumentos musicais e materiais para manutenção dos já existentes**, garantindo o aparelhamento adequado e a execução eficiente das atividades previstas em seus projetos e programas. Assim, a aquisição em estudo configura como instrumento estratégico para implementar medidas consistentes com diretrizes de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento humano e social.

4.14 EIXO 2- SOLUÇÕES ENCONTRADAS QUANTO   FORMA PARA A CONTRATAÇÃO

Para garantir a seleção da forma mais adequada e vantajosa à aquisição de equipamentos, instrumentos musicais e materiais para manutenção dos já existentes, foram analisadas as seguintes modalidades e procedimentos de contratação, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021:

4.14.1. Solução 1 - Adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) vigente

A alternativa analisada no âmbito do levantamento de mercado foi a possibilidade de **adesão a Ata de Registro de Preços vigente**, prática conhecida no âmbito da Administração Pública como “carona”. Tal mecanismo encontra respaldo no **art. 86 da Lei nº 14.133/2021**, bem como no **Decreto Federal nº 11.462/2023**, permitindo que órgãos ou entidades da Administração Pública possam aderir a atas de registro de preços formalizadas por outros entes públicos, desde que demonstrada a vantajosidade da adesão e observadas as condições estabelecidas no instrumento convocatório e na ata originária.

Em tese, a adesão a uma ata de registro de preços poderia representar uma alternativa que proporciona maior celeridade administrativa, uma vez que permite o aproveitamento de processo licitatório já realizado por outro órgão ou entidade pública.

Todavia, após análise técnica realizada no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar, verificou-se que essa alternativa **não se mostra adequada para atendimento da necessidade administrativa identificada**, considerando as particularidades do objeto pretendido.

A contratação em estudo contempla **amplo conjunto de instrumentos musicais, equipamentos pedagógicos e materiais de apoio destinados a diferentes frentes de atuação educacional**, incluindo atividades vinculadas à Orquestra da Educação Municipal, às Bandas Marciais escolares, ao Projeto Arte Educação e às práticas do componente curricular Cultura, Corpo e Movimento – CCM.

Dessa forma, a diversidade de itens e a especificidade dos quantitativos demandados tornam improvável a existência de atas de registro de preços vigentes que contemplem simultaneamente todos os materiais necessários, com especificações compatíveis e quantitativos adequados às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Ademais, a eventual adesão a atas de registro de preços estruturadas para atender a demandas de outros órgãos ou entes federativos poderia resultar em **desalinhamento entre as especificações dos itens registrados e as necessidades pedagógicas da rede municipal de ensino**, comprometendo a eficiência da contratação.

Diante desse cenário, conclui-se que a adesão a atas de registro de preços vigentes **não se apresenta como solução adequada para atendimento da demanda identificada**, razão pela qual se mostra mais conveniente à Administração Pública a realização de procedimento licitatório próprio, permitindo a definição de especificações técnicas e quantitativos plenamente compatíveis com as necessidades institucionais da Secretaria Municipal de Educação.

Análise Comparativa da Alternativa

Aspecto Avaliado	Potenciais Vantagens	Limitações Identificadas
Celeridade administrativa	Possibilidade de contratação mais rápida, aproveitando licitação já realizada	Dependência da existência de ata compatível com o objeto pretendido

Aspecto Avaliado	Potenciais Vantagens	Limitações Identificadas
Esforço administrativo	Redução das etapas procedimentais de licitação	Limitação na definição das especificações técnicas
Adequação ao objeto	Pode atender demandas padronizadas e homogêneas	Baixa compatibilidade com objeto complexo e diversificado
Atendimento da demanda	Pode suprir necessidades pontuais	Não garante atendimento integral das necessidades da Secretaria
Planejamento da contratação	Possibilidade de aproveitamento de processos existentes	Risco de desalinhamento com o planejamento pedagógico e institucional

Assim, considerando as características do objeto da contratação, conclui-se que a **realização de processo licitatório próprio mostra-se a alternativa mais adequada**, pois permite à Administração Pública definir de forma precisa as especificações técnicas, os quantitativos necessários e as condições de fornecimento dos materiais destinados às atividades pedagógicas desenvolvidas pela rede municipal de ensino.

4.14.2. Solução 2 - Contratação por Dispensa de Licitação (Lei nº 14.133/2021, Art. 75, inciso II)

A Lei nº 14.133/2021 permite a contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor, nos termos do art. 75, inciso II, aplicável a serviços e compras de bens. Nesse caso, o valor limite para dispensa é de **R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois e onze centavos)**.

Entretanto, conforme demonstrado no Mapa Comparativo de Preços, anexo a este ETP e elaborado pela Gerência de Compras e Cotações da Secretaria de Administração (SAD), a estimativa de valor total para a aquisição dos objetos, considerando a quantidade e tipologia necessárias, supera significativamente o limite legal para dispensa de licitação.

Dessa forma, **a modalidade de dispensa de licitação não se configura como alternativa legalmente viável para a presente contratação**, sendo necessário adotar procedimento licitatório compatível com o valor estimado e com os princípios da economicidade e da legalidade.

4.14.3. Solução 3 - Contratação por meio de Processo Licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP)

O Pregão Eletrônico é a modalidade licitatória preferencial para a aquisição de bens e serviços comuns, conforme previsto nos arts. 28, 29 e 34 da Lei nº 14.133/2021, podendo adotar como critério de julgamento o menor preço ou o maior desconto. Essa modalidade se destaca pela ampla competitividade, celeridade processual e pelo potencial de obtenção de propostas mais vantajosas, em virtude da disputa em tempo real entre os licitantes.

No presente caso, considerando a necessidade recorrente de materiais e instrumentos musicais, classificados como bens comuns por apresentarem especificações objetivas e padronizáveis, mostra-se tecnicamente recomendável a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP). Essa estratégia permite a contratação futura e conforme demanda, garantindo maior eficiência, economicidade e flexibilidade no atendimento das unidades administrativas, evitando compras fragmentadas e reduzindo a necessidade de sucessivas licitações.

O SRP, portanto, alia as vantagens do Pregão Eletrônico à gestão racional de estoques e ao planejamento de compras, em consonância com o art. 82 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, bem como com as boas práticas de governança e planejamento das contratações públicas.

4.7. SOLUÇÃO ESCOLHIDA QUANTO À FORMA PARA INSTRUMENTALIZAR A CONTRATAÇÃO:

Após a análise das soluções possíveis quanto à forma de instrumentalização da contratação, conforme delineado no item 4.8 deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a alternativa que melhor atende à necessidade evidenciada, sob os aspectos da legalidade, economicidade, eficiência administrativa e adequação ao interesse público, é **a realização de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP).**

A adesão a Ata de Registro de Preços vigente, embora juridicamente possível, mostrou-se inadequada para o atendimento integral da demanda, tendo em vista a especificidade dos materiais e instrumentos musicais a serem adquiridos, bem como a necessidade de compatibilidade plena entre os itens registrados e aqueles definidos no planejamento das ações da gerência de Arte Educação, da Orquestra da Educação Municipal Maestro Clóvis Pereira, do componente curricular CCM (Cultura, Corpo e Movimento) e das Bandas Marciais da Rede Municipal de Ensino.

Ademais, a análise de mercado indicou que tal alternativa não asseguraria, de forma satisfatória, a obtenção da melhor condição de preço e de fornecimento para a Administração.

Da mesma forma, a contratação por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, restou afastada em razão do valor estimado da contratação, o qual supera significativamente o limite legal vigente, conforme demonstrado no Mapa Comparativo de Preços, elaborado pela Gerência de Compras e Cotações da Secretaria de Administração. Assim, a adoção dessa forma de contratação configuraria afronta aos princípios da legalidade e do planejamento, não se mostrando juridicamente viável.

Nesse contexto, a adoção do Pregão Eletrônico, por se tratar de aquisição de bens comuns, cujas especificações são objetivas e padronizáveis, revela-se a modalidade licitatória mais adequada, conforme disposto nos arts. 28 e 29 da Lei nº 14.133/2021. A forma eletrônica amplia a competitividade, assegura maior transparência ao certame e potencializa a obtenção de propostas mais vantajosas, em razão da disputa em ambiente virtual.

A utilização do Sistema de Registro de Preços, por sua vez, justifica-se em razão da natureza recorrente da demanda e da necessidade de atendimento gradual das unidades escolares e projetos pedagógicos vinculados à Gerência de Arte e à Orquestra da Educação Municipal Maestro Clóvis Pereira, ao componente curricular CCM (Cultura, Corpo e Movimento, às Bandas Marciais do Município e oficinas das demais linguagens da arte. O SRP permite a contratação conforme a efetiva necessidade da Administração, evitando aquisições excessivas, reduzindo riscos de desperdício, promovendo melhor gestão de estoques e prevenindo o fracionamento indevido de despesas, em conformidade com o disposto nos arts. 82 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a solução escolhida para instrumentalizar a contratação, **Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços**, apresenta-se como a alternativa mais eficiente, vantajosa e juridicamente segura, assegurando o atendimento adequado das demandas pedagógicas, o fortalecimento das políticas públicas educacionais voltadas à arte e à cultura e a observância dos princípios da legalidade, do planejamento, da economicidade, da eficiência e do interesse público.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. REQUISITOS LEGAIS

5.1.1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

5.1.2. Lei Federal 14.133/2021 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

5.1.3. Decreto nº 009, de 17 de janeiro de 2024 - Regulamenta o artigo 18 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a Fase Preparatória das contratações públicas no âmbito da Administração Pública do Município de Caruaru e dá outras providências.

5.1.4. Decreto nº 035, de 14 de março de 2024 - Regulamenta os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento de auxiliar do Sistema de Registro de Preços, para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Caruaru.

5.1.5. Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024 - Regulamenta o procedimento de apuração de infrações e de aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratados, de que trata o art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Caruaru.

5.2. REQUISITOS DE NEGÓCIO

5.2.1. Origem da Contratação

5.2.1.1. A presente contratação decorre de necessidade identificada pela Gerência de Arte para **aquisição de equipamentos, instrumentos musicais e materiais destinados ao desenvolvimento e à manutenção das ações pedagógicas da Arte Educação** no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

5.2.1.2. Os materiais serão utilizados nas atividades desenvolvidas nas unidades da rede municipal de ensino, contemplando diferentes práticas artísticas e pedagógicas, como formação musical, atividades coletivas, oficinas e demais ações vinculadas à Arte Educação. A demanda está relacionada à execução contínua dessas atividades, em consonância com as diretrizes educacionais vigentes.

5.2.2. Registro de Preços

Será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP) para a eventual e futura contratação de **equipamentos, instrumentos musicais e materiais para manutenção, destinados ao desenvolvimento e à manutenção das ações pedagógicas da Arte Educação** no âmbito da Secretaria Municipal de Educação., conforme especificações e quantitativos definidos neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

5.3. REQUISITOS TÉCNICOS:

5.3.1. A presente contratação refere-se a bens comuns, a serem adquiridos por meio de Procedimento legal. A aquisição de bens comuns seguirá as disposições dos Incisos XI e XIII, do Art. 6º da Lei Federal 14.133/2021, uma vez que envolvem atividades amplamente disponíveis no mercado, conforme demonstrado no tópico 4.

5.3.1.1. Considerando o objeto da presente contratação, não será exigida a apresentação de documentos de comprovação de qualificação técnica, uma vez que o objeto não se enquadra nas exigências previstas no art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

5.3.2. Especificações Técnicas e Metodológicas

O fornecimento dos instrumentos musicais, equipamentos, materiais pedagógicos, e itens de manutenção deverá atender integralmente ao disposto neste documento e no Termo de Referência, observando os seguintes critérios:

5.3.2.1. Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, livres de qualquer defeito ou avaria, respeitando todas as especificações constantes neste documento e no Termo de Referência.

5.3.2.2. A entrega será realizada sem ônus adicional para a Administração, incluindo todas as despesas com transporte, frete, impostos, seguros e demais encargos.

5.3.2.3. A contratada será responsável pelo fiel cumprimento das especificações descritas no Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e nos demais documentos que integram o processo licitatório.

5.3.2.4. Os licitantes deverão apresentar o catálogo dos produtos a serem adquiridos, contendo todas as especificações técnicas, marcas e demais informações pertinentes aos objetos, devendo este ser anexado à proposta de preços.

5.3.2.5. Todos os objetos deverão apresentar descrição técnica detalhada do material.

5.3.2.6. Todos os itens fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, isentos de vícios ou defeitos, acompanhados, quando aplicável, de manuais, certificados de garantia e demais documentos exigidos pelas normas vigentes. A contratada deverá assegurar, garantia e reposição em caso de defeitos, nos termos estabelecidos no instrumento contratual.

5.3.2.7 A critério da área técnica da Secretaria de Educação e Esportes, PODERÁ ser solicitada do classificado em 1º lugar AMOSTRA;

5.3.2.8 A possibilidade de solicitar amostra dos itens ao licitante classificado em 1º lugar visa garantir que os objetos adquiridos estejam em plena conformidade com as

especificações técnicas exigidas, especialmente quanto à qualidade e durabilidade.

5.3.2.9 A medida proporciona segurança na contratação, evitando entregas inadequadas, e assegura o atendimento ao interesse público.

5.3.2.10 Por ser uma previsão discricionária, será adotada somente quando necessária, conforme avaliação técnica, respeitando os princípios da proporcionalidade e eficiência, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

5.3.2.11 As especificações técnicas e metodológicas aqui definidas visam assegurar a aquisição de bens adequados às necessidades pedagógicas identificadas, promover a eficiência na aplicação dos recursos públicos e garantir a efetividade das ações educacionais desenvolvidas no âmbito da Gerência de Arte, em consonância com os princípios da legalidade, da eficiência, da economicidade e do interesse público.

6. ESPECIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

6.1. As especificações e os quantitativos da futura contratação foram definidos e encontram-se discriminados no Anexo I.

6.1.1 O quantitativo estimado foi dimensionado com base no processo anterior, no número de unidades escolares atendidas, na quantidade de arte educadores atuantes na rede municipal de ensino e na necessidade de utilização simultânea dos materiais nas atividades pedagógicas desenvolvidas no âmbito da Arte Educação.

6.1.2 Considerou-se, ainda, a diversidade de práticas contempladas, a ampliação das ações formativas e a necessidade de reposição e manutenção de materiais, visando garantir o pleno desenvolvimento das atividades ao longo do período de execução.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1 A estimativa do valor total da contratação será a soma dos valores totais de cada item, tendo por base a quantidade total estimada de cada serviço e seu preço unitário.

7.2 O custo estimado foi apurado a partir de pesquisas de preços conforme preceitua o Decreto nº 080, de 05 de outubro de 2023.

7.3 Os valores unitários e globais estimados da contratação estão detalhados no Mapa Comparativo de Preços anexo aos documentos.

7.4 Diante do exposto, após elaboração de Mapa Comparativo de Preços pela Gerência de Compras e Cotações da Secretaria de Administração, o custo médio estimado para contratação, fica na ordem global de R\$ 1.570.979,90 **(um milhão, quinhentos e setenta mil, novecentos e setenta e nove reais e noventa centavos)**.

8. DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8.1 A solução escolhida para atendimento da necessidade identificada consiste na **aquisição de equipamentos, instrumentos musicais e materiais para manutenção dos já existentes**, por meio de **processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP)**, conforme análise técnica, jurídica e econômica realizada nos tópicos anteriores deste Estudo Técnico Preliminar.

8.2 A opção pelo Pregão Eletrônico justifica-se por se tratar de bens comuns, cujas especificações são objetivas, padronizáveis e amplamente ofertadas no mercado, possibilitando a ampla participação de fornecedores, a promoção da competitividade e a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública. A forma eletrônica do certame assegura maior transparência, celeridade processual e redução de custos operacionais, em consonância com os princípios da eficiência e da economicidade.

8.3 A adoção do Sistema de Registro de Preços decorre da natureza recorrente da demanda e da necessidade de atendimento gradativo das unidades escolares e dos projetos pedagógicos vinculados à Gerência de Arte e à Orquestra da Educação Municipal Maestro Clóvis Pereira, ao componente curricular CCM (Cultura, Corpo e Movimento, às Bandas Marciais do Município e oficinas das demais linguagens da arte. O SRP permite que as contratações sejam realizadas conforme a efetiva necessidade da Administração, dentro da vigência da ata, evitando aquisições excessivas, reduzindo riscos de desperdício e assegurando melhor planejamento e gestão dos estoques.

8.4 A solução contempla a definição prévia e detalhada das especificações técnicas e quantitativos dos itens, conforme levantamento das demandas pedagógicas e operacionais, assegurando a padronização dos materiais, a compatibilidade com as atividades desenvolvidas e a adequada utilização dos recursos públicos. Os itens a serem adquiridos abrangem instrumentos musicais, equipamentos de apoio às atividades artísticas e materiais para manutenção dos já existentes, destinadas às práticas culturais, observadas as exigências de qualidade, durabilidade, segurança e funcionalidade.

8.5 A execução da solução se dará por meio da celebração de Ata de Registro de Preços, com posterior emissão de ordens de fornecimento conforme o planejamento da Secretaria Municipal de Educação, respeitados o calendário escolar e a capacidade operacional das unidades demandantes. A entrega poderá ocorrer de forma parcelada, conforme previsto no Termo de Referência, de modo a assegurar o atendimento tempestivo das demandas e a adequada distribuição dos materiais.

8.6 A solução escolhida também contempla mecanismos de controle e acompanhamento da execução, incluindo a verificação da conformidade dos itens entregues com as especificações técnicas, o controle patrimonial dos bens permanentes e a fiscalização contratual, nos termos da legislação vigente.

8.7 Dessa forma, o detalhamento da solução escolhida evidencia sua aderência às necessidades institucionais, sua compatibilidade com o planejamento das contratações públicas e sua conformidade com os dispositivos da Lei nº 14.133/2021, assegurando a efetividade das políticas educacionais voltadas à arte e à cultura, a adequada aplicação dos recursos públicos e o atendimento ao interesse público.

9. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Preliminarmente, sobre a possibilidade de parcelamento do objeto, é sabido que a divisão do objeto deverá ser implementada sempre que houver viabilidade técnica e econômica para a sua adoção. Este é o posicionamento do Tribunal de Contas da União, que por meio de sua Súmula nº 247 nos traz:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de

escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade (...)."(grifo nosso)

9.2. Em atendimento ao Art. 18, § 1º inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, que preconiza a justificativa para o parcelamento ou não da contratação, e em consonância com o princípio da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública, optou-se pelo parcelamento do objeto em itens.

9.3. Dessa forma, a classificação do certame será por **ITEM**, visto que o objeto é divisível e não há prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, além de ser técnica e economicamente viável. Junto a isso, o parcelamento do objeto visa propiciar a ampla participação de licitantes, permitindo que empresas distintas sejam contratadas.

9.4. A decisão pelo parcelamento encontra respaldo no inciso II e III do §2º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, que trata da possibilidade de fracionamento do objeto da contratação, o qual, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso, pode contribuir para ampliar a competitividade e evitar direcionamento ou restrição indevida à participação de potenciais interessados, em consonância com os princípios da isonomia e da eficiência que regem a Administração Pública.

9.5. Nesse sentido, a interpretação dos Tribunais de Contas tem sido de que o parcelamento ou não do objeto da licitação deve ser auferido sempre caso a caso, perquirindo-se sobre a viabilidade técnica e econômica do parcelamento e da divisibilidade do objeto. O TCU, no Acórdão nº 732/2008, assim se pronunciou:

"(...) a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto".

9.6. Assim, a contratação foi dividida em ITENS com base em critérios técnicos e pedagógicos objetivos, atendendo ao comando legal de parcelamento sempre que viável e vantajoso, ao mesmo tempo em que se resguardam a eficiência administrativa e a coerência do objeto.

9.7. Por fim, salienta-se que a entrega desses materiais será feita de forma PARCELADA, garantindo o suporte contínuo necessário às atividades artístico-culturais e pedagógicas ao longo do ano.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

10.1 A contratação em análise, destinada à aquisição de equipamentos, instrumentos musicais e materiais para manutenção dos já existentes, não se caracteriza como atividade potencialmente poluidora nem envolve a execução de obras ou serviços que possam ocasionar impactos ambientais significativos. Trata-se de aquisição de bens de natureza comum, cujos impactos ambientais são considerados de baixo potencial, estando predominantemente associados às etapas de fabricação, transporte, acondicionamento, utilização e descarte dos materiais ao final de sua vida útil.

10.2 Ainda assim, em observância aos princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da eficiência e da responsabilidade socioambiental, previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere ao planejamento das contratações públicas e à adoção de práticas que promovam o uso racional dos recursos naturais, foram identificados os possíveis impactos ambientais indiretos decorrentes da presente contratação, bem como as medidas mitigadoras compatíveis com o objeto.

10.3 Nesse sentido, os impactos ambientais potenciais relacionados à contratação e as respectivas medidas mitigadoras podem ser sistematizados conforme o quadro a seguir:

Etapa do Ciclo do Produto	Possível Impacto Ambiental	Descrição do Impacto	Medidas Mitigadoras Propostas
Fabricação dos instrumentos e equipamentos	Consumo de recursos naturais	Utilização de matérias-primas como metais, madeira, plásticos e componentes eletrônicos durante o processo industrial	Priorizar produtos fabricados com materiais duráveis e de qualidade, reduzindo a necessidade de substituições frequentes
Fabricação dos instrumentos e equipamentos	Consumo de energia e processos industriais	Processos industriais podem demandar elevado consumo energético	Preferência por fornecedores que adotem boas práticas produtivas e padrões industriais eficientes
Transporte dos produtos	Emissão indireta de gases poluentes	Emissões decorrentes do transporte dos materiais até os locais de entrega	Planejamento logístico adequado e consolidação das entregas, quando possível
Embalagem dos produtos	Geração de resíduos sólidos	Embalagens utilizadas para acondicionamento e transporte podem gerar resíduos após o recebimento	Utilização de embalagens recicláveis ou reutilizáveis e destinação ambientalmente adequada
Utilização dos equipamentos	Desgaste natural dos materiais	Uso contínuo pode gerar necessidade de manutenção ou substituição de componentes	Realização de manutenção preventiva e controle patrimonial adequado
Final da vida útil dos materiais	Descarte inadequado de equipamentos ou peças	Instrumentos ou componentes danificados podem gerar resíduos se descartados incorretamente	Destinação adequada conforme normas ambientais e incentivo ao reaproveitamento de componentes
Uso pedagógico nas escolas	Consumo e descarte de materiais acessórios	Materiais como cordas, baquetas ou peles podem gerar resíduos ao longo do tempo	Reaproveitamento pedagógico sempre que possível e descarte responsável conforme diretrizes ambientais

10.4 Considerando os impactos ambientais potenciais identificados, a Administração Pública adotará medidas voltadas à promoção do uso racional dos recursos materiais, à ampliação da vida útil dos equipamentos adquiridos e à correta destinação de resíduos eventualmente gerados, em conformidade com as normas ambientais vigentes e com as diretrizes da política municipal de gestão de resíduos sólidos.

10.5 Ademais, a adoção de práticas de controle patrimonial e manutenção preventiva dos instrumentos e equipamentos adquiridos contribuirá para prolongar sua vida útil, reduzindo a necessidade de substituições prematuras e, conseqüentemente, minimizando a geração de resíduos.

10.6 Diante da natureza do objeto da contratação, conclui-se que os impactos ambientais associados à aquisição pretendida são limitados, indiretos e plenamente mitigáveis, não constituindo impedimento à sua realização.

10.7 Assim, a adoção das medidas mitigadoras propostas contribui para a redução dos impactos ambientais indiretos, promove o uso racional dos recursos públicos e reforça o compromisso da Administração Pública com práticas sustentáveis, em consonância com os princípios estabelecidos na legislação vigente e com o interesse público.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. Os resultados esperados com a aquisição de equipamentos, instrumentos musicais e materiais para manutenção dos já existentes, destinados à Estruturação e fortalecimento da Orquestra da Educação Municipal Maestro Clóvis Pereira, do componente curricular CCM (Cultura, Corpo e Movimento), das Bandas Marciais e das oficinas de Arte Educação, promovendo disciplina, trabalho coletivo, sensibilidade estética, valorização da cultura local e representação institucional em eventos educacionais, cívicos e culturais são:

- a. Promoção da inclusão e da participação social dos estudantes, por meio do acesso às diversas linguagens artísticas e culturais, fortalecendo vínculos comunitários e o sentimento de pertencimento;
- b. Contribuição para o desenvolvimento integral dos estudantes, abrangendo aspectos cognitivos, criativos, sociais, afetivos e socioemocionais, por meio de práticas pedagógicas artísticas estruturadas;
- c. Fortalecimento das práticas artístico-culturais no ambiente escolar, estimulando a criatividade, a expressão artística, a sensibilidade estética e o pensamento crítico;
- d. Incentivo à aprendizagem interdisciplinar, integrando as artes aos demais componentes curriculares e ampliando as possibilidades pedagógicas nas diferentes modalidades de ensino;
- e. Ampliação e qualificação das atividades desenvolvidas pelas Bandas Marciais do Município, promovendo disciplina, trabalho em equipe, valorização da cultura local e representação institucional em eventos educacionais, cívicos e culturais;
- f. Democratização do acesso às práticas artísticas e culturais, garantindo igualdade de oportunidades aos estudantes da rede municipal de ensino, em consonância com os objetivos educacionais da SEDUC;
- g. Promoção da inclusão educacional, assegurando a participação efetiva de estudantes com necessidades educacionais específicas nas atividades artísticas, respeitando a diversidade e a equidade;
- h. Redução de situações de vulnerabilidade social, por meio da oferta de atividades culturais estruturadas, que contribuam para a ocupação do tempo escolar e para a formação cidadã;
- i. Desenvolvimento de valores socioeducativos, tais como respeito, cooperação, disciplina, responsabilidade e convivência coletiva;
- j. Formação de consciência cidadã e cultural, estimulando o respeito à diversidade, à identidade cultural local e às práticas sustentáveis no uso dos recursos públicos.

11.2. Dessa forma, os resultados pretendidos reforçam o compromisso da Administração Municipal e da Secretaria Municipal de Educação com a promoção de uma educação pública de qualidade, assegurando que os recursos públicos sejam aplicados de maneira eficiente, planejada e responsável, e que os benefícios educacionais, culturais, sociais e inclusivos sejam alcançados de forma sustentável e duradoura para a população do Município de Caruaru.

12. PROVIDÊNCIAS ADICIONAIS

12.1. Para assegurar o correto andamento do processo administrativo, torna-se necessário estabelecer um conjunto de providências adicionais, quais sejam:

12.1.1. Solicitar aos setores competentes todas as ações, informações e documentos necessários para o adequado andamento do processo administrativo, com ênfase na

aquisição de instrumentos musicais, equipamentos, materiais pedagógicos e itens para manutenção destinados às ações do Arte Educação, da Orquestra da Educação Municipal Maestro Clóvis Pereira, do CCM e das Bandas Marciais.

12.1.2. Acompanhar e consolidar as respostas dos setores envolvidos, de modo a assegurar que as informações fornecidas sejam suficientes, precisas e compatíveis com as exigências legais, técnicas e orçamentárias do processo licitatório.

12.1.3. Cumprir com a distribuição dos materiais adquiridos, assegurando que os recursos sejam destinados às oficinas, projetos e atividades artístico-culturais e corporais planejadas para as unidades da rede municipal.

12.1.4. Registrar todas as providências adotadas, comunicando ao setor responsável pela gestão da aquisição do objeto inconsistências que possam comprometer a execução do objeto e a economicidade da contratação

12.2. Estas ações visam garantir que a aquisição, entrega e distribuição dos instrumentos, equipamentos e materiais pedagógicos ocorram de forma organizada, transparente e em conformidade com a legislação vigente, possibilitando o acompanhamento adequado das etapas do processo licitatório e o cumprimento integral da finalidade educacional da contratação.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

13.1 Em razão da solução escolhida no presente estudo, não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

14. RISCOS NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

14.1. Avaliação Qualitativa dos Riscos

Conforme Anexo II.

14.2. Gravidade das Consequências

Observa-se, por meio da Matriz de Risco, que a contratação apresenta risco elevado, uma vez que o objeto é essencial para a execução das atividades desenvolvidas pela Gerência de Arte e à Orquestra da Educação Municipal Maestro Clóvis Pereira, ao componente curricular CCM (Cultura, Corpo e Movimento, às Bandas Marciais do Município e oficinas das demais linguagens da arte da Secretaria de Educação e Esportes. A não concretização da aquisição poderá acarretar prejuízos significativos ao desenvolvimento das ações de arte educação, comprometendo a práticas previstas no plano de ensino para o ano letivo, reduzindo a efetividade das políticas públicas voltadas à inclusão social e ao combate ao sedentarismo, fragilizando os resultados esperados pela Secretaria de Educação e Esportes de Caruaru.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

15.1 O Estudo Técnico Preliminar apresentado demonstra, de forma clara e consistente, a necessidade da contratação de serviços especializados voltados ao desenvolvimento, fortalecimento e execução das ações pedagógicas e culturais no âmbito da Gerência de Arte e à Orquestra da Educação Municipal Maestro Clóvis Pereira, ao componente curricular CCM (Cultura, Corpo e Movimento, às Bandas Marciais do Município e oficinas das demais linguagens da arte da Secretaria de Educação, com vistas à promoção da arte, da cultura e da formação integral dos estudantes da Rede Municipal de Ensino.

15.2 Considerando que a demanda está diretamente alinhada às políticas educacionais do Município, bem como às atribuições institucionais da Secretaria de Educação, entende-se que a solução proposta é **procedente**, necessária e **plenamente viável**, constituindo-se como o meio mais adequado para assegurar a efetividade das atividades artísticas, a padronização metodológica, a qualidade técnica das ações e o atendimento às necessidades específicas da SEDUC.

15.3 Diante das análises realizadas, conclui-se que a contratação pretendida observa os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, interesse público e vantajosidade, conforme preconizado pela Lei nº 14.133/2021, razão pela qual se manifesta favoravelmente ao prosseguimento do processo de contratação, nos termos, condições e especificações definidos neste Estudo Técnico Preliminar e em seus anexos.

16. ANEXOS

16.1. ANEXO I – DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTITATIVO

16.2. ANEXO II- AVALIAÇÃO QUALITATIVA DOS RISCOS

Caruaru, na data da assinatura eletrônica.

ADRIANA DE SALES AZEVEDO
Gerente de Artes
Mat. 56.022-8



ANEXO I- DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTITATIVO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	UND	QUAN T.
1	Clarinete em Bb, sistema Boehm, confeccionado em resina ABS ou material equivalente, com chaves metálicas, acompanhado de estojo, adequado para uso educacional coletivo e formação orquestral, ou equivalente	UND	3
2	Clarone (clarinete baixo em Bb), confeccionado em resina ou material equivalente, com sistema de chaves metálicas e apoio de suporte, acompanhado de estojo, adequado para uso educacional e formação orquestral, ou equivalente.	UND	1
3	Flautim (piccolo), afinação em C, confeccionado em metal ou resina, com sistema de chaves metálicas, acompanhado de estojo, indicado para práticas orquestrais e uso pedagógico coletivo, ou equivalente.	UND	1
4	Fagote, afinação em Bb, confeccionado em madeira ou resina, com sistema de chaves metálicas, acompanhado de estojo, indicado para práticas orquestrais e formação musical coletiva, ou equivalente.	UND	4
5	Contrafagote, afinação em Bb, confeccionado em madeira ou material equivalente, com sistema de chaves metálicas, acompanhado de estojo, indicado para uso orquestral e formação musical avançada, ou equivalente.	UND	1
6	Requinta (clarinete em Eb), sistema Boehm, confeccionada em resina ou material equivalente, com chaves metálicas, acompanhada de estojo, indicada para práticas orquestrais e uso pedagógico coletivo, ou equivalente.	UND	1
7	Oboé, afinação em C, confeccionado em madeira ou resina, com sistema de chaves metálicas, acompanhado de estojo, adequado para uso educacional e práticas orquestrais, ou equivalente.	UND	3
8	Corne-inglês, afinação em F, confeccionado em madeira ou resina, com sistema de chaves metálicas, acompanhado de estojo, indicado para práticas orquestrais e formação musical coletiva, ou equivalente.	UND	1
9	Flauta transversal em C, confeccionada em metal ou material equivalente, com chaves metálicas, acompanhada de estojo, adequada para uso educacional e práticas orquestrais, ou equivalente.	UND	3
10	Trompete em Bb, acabamento laqueado, pistos em aço inoxidável ou material equivalente, acompanhado de bocal e estojo, indicado para uso educacional coletivo e práticas orquestrais, ou equivalente	UND	5
11	Trombone tenor com rotor, acabamento laqueado, com sistema de válvula adicional, acompanhado de estojo, indicado para uso educacional e práticas orquestrais coletivas, ou equivalente.	UND	4
12	Trombone baixo, acabamento laqueado, com sistema de válvulas, acompanhado de estojo, adequado para uso educacional e formação orquestral, ou equivalente.	UND	1
13	Tuba, afinação em Bb ou C conforme o modelo, acabamento laqueado, com sistema de válvulas, acompanhada de estojo, indicada para práticas orquestrais e uso pedagógico coletivo, ou equivalente.	UND	2
14	Trompa em F, acabamento laqueado, com sistema de válvulas rotativas, acompanhada de estojo, adequada para uso educacional e práticas orquestrais, ou equivalente.	UND	6

15	Euphonium, afinação em Bb, acabamento laqueado, com sistema de válvulas, acompanhado de estojo, indicado para uso educacional coletivo e formação orquestral, ou equivalente.	UND	1
16	Violino acústico, tamanho padrão, confeccionado em madeira, com acabamento envernizado, acompanhado de arco e estojo, adequado para uso educacional coletivo e práticas orquestrais, ou equivalente.	UND	65
17	Viola acústica, confeccionada em madeira, com acabamento envernizado, acompanhada de arco e estojo, indicada para uso pedagógico coletivo e formação orquestral, ou equivalente.	UND	8
18	Violoncelo acústico, confeccionado em madeira, com espigão ajustável, acompanhado de arco e estojo, adequado para uso educacional e práticas orquestrais coletivas, ou equivalente.	UND	8
19	Contrabaixo acústico, confeccionado em madeira, com espigão regulável, acompanhado de arco e estojo, indicado para uso pedagógico coletivo e formação orquestral, ou equivalente.	UND	6
20	Harpa, instrumento de cordas, com estrutura em madeira ou material equivalente, indicada para práticas orquestrais e atividades formativas coletivas, ou equivalente.	UND	2
21	Conjunto de tímpanos orquestrais, composto por quatro unidades, com caldeiras em metal ou fibra e sistema de afinação por pedal, acompanhado de acessórios básicos, indicado para uso pedagógico e práticas orquestrais, ou equivalente.	CONJ UNT O	2
22	Marimba, instrumento de percussão melódica, com teclas em madeira ou material sintético, estrutura com suporte, adequada para uso educacional e práticas orquestrais, ou equivalente	UNID	1
23	Xilofone, instrumento de percussão melódica, com teclas em madeira ou material sintético, com suporte, indicado para uso educacional e práticas orquestrais, ou equivalente.	UND	1
24	Bumbo sinfônico, com casco em madeira ou material equivalente, acompanhado de suporte e baquetas, indicado para uso educacional e práticas orquestrais, ou equivalente.	UND	1
25	Metalofone, instrumento de percussão melódica, com lâminas em metal e estrutura com suporte, adequado para uso educacional e práticas orquestrais, ou equivalente.	UND	1
26	Bateria acústica completa, composta por tambores, pratos e ferragens, indicada para uso educacional, práticas orquestrais e formações complementares, ou equivalente.	UND	1
27	Campana orquestral (sinos tubulares), confeccionada em metal, com estrutura de suporte, indicada para uso educacional e práticas orquestrais, ou equivalente.	UND	1
28	Conjunto de saxofones composto por 4 altos, 3 tenores e 1 barítono, totalizando 8 instrumentos. Saxofone (alto, tenor e barítono), afinação em Eb ou Bb conforme o modelo, acabamento laqueado, chaves em metal resistente, acompanhado de estojo e acessórios, adequado para uso educacional coletivo e práticas orquestrais, ou equivalente.	conju nto	1
29	Pasta para partitura musical, tamanho A4, confeccionada em material resistente (polipropileno ou similar), com no mínimo 100 envelopes plásticos internos transparentes, adequada para uso pedagógico coletivo, ou equivalente.	UND	400
30	Estante para partitura musical, estrutura metálica resistente, regulável em altura, base tripé dobrável, apoio articulado para folhas, pintura eletrostática ou equivalente, adequada para uso educacional coletivo.	UND	200

31	Talabarte de couro de dois ganchos Nylon preto, 2 ganchos fechados, Tamanho total: de 85 cm a 1,50m, Largura: 4,8cm, Peso: 70g	UND	500
32	Jogo de cordas para violão em nylon.	UND	300
33	Violão acústico, com cordas de nylon, tampo em madeira ou material equivalente, braço com escala adequada ao uso educacional, tarraxas metálicas, acabamento resistente, indicado para uso pedagógico coletivo em ambiente escolar, ou equivalente.	UND	100
34	Pandeiro, confeccionado em madeira ou material sintético, com platinelas metálicas e pele sintética ou natural, indicado para uso pedagógico coletivo em aulas de Arte Educação, ou equivalente.	UND	200
35	Tamborim, confeccionado em madeira ou material sintético, com pele sintética, indicado para uso pedagógico coletivo em atividades rítmicas escolares, ou equivalente 12".	UND	100
36	Agogô, confeccionado em metal, com duas campanas de alturas sonoras distintas, acompanhado de batedor, indicado para uso pedagógico coletivo em aulas de musicalização, ou equivalente	UND	80
37	Reco-reco, confeccionado em madeira, metal ou material sintético, indicado para uso pedagógico coletivo em atividades rítmicas e de musicalização, ou equivalente.	UND	80
38	Surdo, confeccionado em madeira ou material sintético, com pele sintética ou natural, indicado para uso pedagógico coletivo em práticas rítmicas e musicais escolares, ou equivalente.	UND	50
39	Triângulo, confeccionado em aço, acompanhado de batedor, indicado para uso pedagógico coletivo em atividades rítmicas e musicais, ou equivalente.	UND	80
40	Xequerê, confeccionado em cabaça ou material sintético, revestido com rede de contas ou sementes, indicado para uso pedagógico coletivo em práticas de musicalização e cultura popular, ou equivalente.	UND	80
41	Timbales, conjunto composto por dois tambores metálicos com suporte, indicado para uso pedagógico coletivo em práticas rítmicas e musicais, ou equivalente.	UND	80
42	Zabumba, confeccionada em madeira ou material sintético, com peles sintéticas ou naturais, indicada para uso pedagógico coletivo em práticas rítmicas escolares, ou equivalente.	UND	20
43	Ganzá, confeccionado em metal ou material sintético, com enchimento interno sonoro, indicado para uso pedagógico coletivo em atividades rítmicas e de musicalização, ou equivalente.	UND	100
44	Quadrilom para banda marcial, composto por quatro tambores afináveis, montados em suporte único, com estrutura metálica resistente, destinado à execução rítmica em formações de banda, fanfarra e grupos percussivos escolares.	UND	20
45	Escaleta, instrumento melódico de sopro, com teclas em material sintético, acompanhada de bocal ou mangueira, indicada para uso pedagógico coletivo em aulas de musicalização, ou equivalente.	UND	150
46	Flauta doce, indicada para uso pedagógico coletivo em aulas de musicalização e iniciação instrumental, ou equivalente.	UND	150
47	Bumbo marcial, confeccionado em madeira ou material sintético, com peles sintéticas, indicado para uso pedagógico coletivo em bandas marciais escolares, ou equivalente.	UND	50
48	Caixa marcial, confeccionada em madeira ou material sintético, com esteira metálica, indicada para uso pedagógico coletivo em bandas marciais escolares, ou equivalente	UND	50
49	Tarol, confeccionado em madeira ou material sintético, com esteira	UND	50

	metálica, indicado para uso pedagógico coletivo em bandas marciais escolares, ou equivalente.		
50	Surdo marcial, confeccionado em madeira ou material sintético, com peles sintéticas, indicado para uso pedagógico coletivo em bandas marciais escolares, ou equivalente.	UND	50
51	Repique, confeccionado em madeira ou material sintético, com pele sintética, indicado para uso pedagógico coletivo em bandas marciais escolares, ou equivalente.	UND	50
52	Par de pratos 16' Liga de bronze B8 Acabamento polido natural Correias em couro Discos protetores de mãos em feltro	PAR	20
53	Kit de bandinha rítmica contendo: tambor, pandeiro pequeno, reco-reco, maracas, guizos e triângulo.	KIT	35
54	Pele leitosa de batida- aro 10	UND	30
55	Pele de resposta- aro 10	UND	30
56	Pele leitosa de batida- aro 12	UND	50
57	Pele de resposta- aro 12	UND	50
58	Pele leitosa de batida- aro 13	UND	200
59	Pele de resposta- aro 13	UND	200
60	Pele leitosa de batida- aro 14	UND	200
61	Pele de resposta- aro 14	UND	200
62	Pele leitosa de batida- aro 16	UND	80
63	Pele de resposta- aro 16	UND	80
64	Pele leitosa de batida- aro 18	UND	80
65	Pele de resposta- aro 18	UND	80
66	Pele leitosa de batida- aro 20	UND	15
67	Pele de resposta - aro 20	UND	15
68	Pele leitosa de batida- aro 22	UND	15
69	Pele de resposta- aro 22	UND	15
70	Baqueta para caixa	PAR	500
71	Baqueta para atabaque	PAR	500
72	Baqueta para surdo	PAR	400
73	Baqueta para alfaia	PAR	400
74	Tatame - Medida: 1m x 1m - Espessura: 40mm - Absorção de Impacto: Alta - Bordas: 3 bordas grátis em cada peça - Composição: EVA - Peso: 4Kg (Cada placa)	UND	200
75	Sombrinha de frevo	UND	100
76	abadás para capoeira,confeccionado em malha, cor branca, com elástico e cordão ajustável na cintura, adequado para prática corporal.	UND	100
77	Berimbau- confeccionado em madeira tipo biriba ou similar, com verga resistente e flexível, acompanhado de cabaça natural (resonador), arame de aço, baqueta, caxixi e dobrão ou pedra. Instrumento tradicional utilizado na prática da capoeira, adequado para atividades pedagógicas e apresentações culturais.	UND	25

ANEXO II

AVALIAÇÃO QUALITATIVA DOS RISCOS

MAPA DE RISCOS							
OBJETO DA CONTRATAÇÃO			Contratação de empresa para fornecimento de instrumentos musicais, equipamentos, materiais pedagógicos e itens de manutenção.				
FASE DE ANÁLISE							
FASE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DA ARP							
ID	Descrição do Risco	Impacto	Probabilidade	Nível de Risco	Causas	Consequências	Responsável
R001	Dimensionamento inadequado das ações artísticas, oficinas e atividades culturais necessárias ao atendimento da rede	Médio	Média	Significativo	Levantamento incompleto das unidades escolares atendidas; diversidade de atividades culturais e artísticas não devidamente mapeadas; falhas de comunicação entre a Gerência de Arte e a área de planejamento	Execução insuficiente das atividades em algumas unidades ou sobreposição de ações, ocasionando ineficiência na aplicação dos recursos	Equipe Técnica de Planejamento da Contratação e Gerência de Arte
R002	Descumprimento do cronograma previsto para finalização da fase preparatória e início da execução contratual	Médio	Baixa	Gerenciável	Atrasos na elaboração dos documentos técnicos; necessidade de ajustes no ETP ou TR; tramitação interna prolongada	Comprometimento do início das atividades pedagógicas e culturais previstas no calendário escolar	Comissão de Contratação e Gestão de Contratos
FASE SELEÇÃO DE FORNECEDOR							
ID	Descrição do Risco	Impacto	Probabilidade	Nível de Risco	Causas	Consequências	Responsável
R003	Inabilitação de fornecedores por falhas na documentação	Médio	Média	Significativo	Exigências pouco claras no edital; ausência de comprovação adequada de experiência no fornecimento do objeto a ser licitado	Redução da competitividade; atrasos no certame; risco de fracasso da contratação	Comissão de Contratação
R004	Ausência de propostas aderentes às especificações do objeto	Alto	Baixa	Gerenciável	Termo de Referência excessivamente restritivo ou pouco detalhado quanto às metodologias artísticas exigidas	Necessidade de revisão dos documentos e republicação do edital	Equipe de Planejamento da Contratação e Gestão de Contratos da SEDUC

FASE DE EXECUÇÃO							
ID	Descrição do Risco	Impacto	Probabilidade	Nível de Risco	Causas	Consequências	Responsável
R005	Atrasos na entrega dos itens/materiais	Alto	Média	Significativo	Problemas logísticos ou administrativos da contratada; atrasos no transporte	Prejuízo à realização das atividades realizadas pela gerência de arte, insatisfação dos beneficiários	Empresa Contratada e Gestão de Contratos da SEDUC
R006	Entregas com defeitos de fabricação ou em desconformidade com as especificações	Alto	Alta	Crítico	Falta de qualificação da equipe executora; metodologias inadequadas ao público-alvo; ausência de acompanhamento técnico	Comprometimento da qualidade pedagógica das ações; necessidade de correções, glosas ou rescisão contratual	Gestão de Contratos da SEDUC e Empresa Contratada

AVALIAÇÃO DO RISCO		
Impacto	Probabilidade	Nível de Risco
Alto	Alta	Crítico
Médio	Média	Significativo
Baixo	Baixa	Gerenciável

Plano de Prevenção

ID	Risco	Ações de Prevenção	Responsável
R001	Dimensionamento inadequado da quantidade/diversidade de materiais	- Realizar levantamento detalhado e atualizado da demanda.- Promover reuniões entre áreas técnicas para alinhamento.- Utilizar histórico de consumo como parâmetro.	Gestão de Contratos e Equipe Técnica de Planejamento da Contratação
R002	Descumprimento de prazos definidos no cronograma	- Estabelecer cronograma detalhado e validado.- Monitorar etapas com checklists e alertas de prazo.- Designar responsáveis por cada fase do processo.	Comissão de Contratação e Gestão de Contratos
R003	Inabilitação de fornecedores por falhas na documentação	- Redigir edital claro e objetivo.- Disponibilizar minutas para análise prévia.- Realizar sessões de esclarecimentos.	Comissão de Contratação

ID	Risco	Ações de Prevenção	Responsável
R004	Ausência de propostas aderentes ao objeto	- Revisar e validar o Termo de Referência com especialistas.- Garantir ampla publicidade do certame.- Promover consultas públicas com fornecedores.	Equipe de Planejamento da Contratação e Gestão de Contratos
R005	Atrasos na entrega dos materiais	- Exigir cronograma de entrega detalhado.- Prever cláusulas contratuais com penalidades.- Monitorar a logística da contratada.	Empresa Contratada e Gestão de Contratos
R006	Entregas com defeitos ou em desconformidade	- Estabelecer padrões de qualidade claros.- Solicitar amostras prévias.- Realizar inspeções durante o recebimento.	Gestão de Contratos e Empresa Contratada

Plano de Mitigação e Contingência

ID	Risco	Ações de Mitigação e Contingência	Responsável
R001	Dimensionamento inadequado	- Reprogramar distribuição com base na prioridade dos núcleos.- Solicitar aquisição complementar emergencial, se cabível.	Gestão de Contratos e Equipe Técnica
R002	Descumprimento de prazos	- Realocar equipe para acelerar etapas.- Priorizar fases críticas.	Comissão de Contratação e Gestão de Contratos
R003	Inabilitação de fornecedores	- Permitir prazo de saneamento documental conforme a lei.- Convocar licitantes remanescentes.- Reabrir etapa se necessário.	Comissão de Contratação
R004	Ausência de propostas aderentes	- Ajustar e republicar o edital.- Revisar especificações técnicas para ampliar competitividade.- Usar Ata de Registro de Preços existente, se aplicável.	Equipe de Planejamento e Gestão de Contratos
R005	Atrasos na entrega	- Acionar garantias e aplicar penalidades.- Reforçar cobrança formal e extrajudicial.- Buscar contratação emergencial, se for o caso.	Gestão de Contratos e Empresa Contratada
R006	Entregas defeituosas ou em desconformidade	- Exigir substituição imediata dos itens.- Acionar garantias contratuais.- Reforçar inspeção e redistribuir estoque reserva (se houver).	Gestão de Contratos e Empresa Contratada



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 83F4-15B1-984D-03F1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ADRIANA DE SALES AZEVEDO (CPF 034.XXX.XXX-07) em 24/04/2026 09:32:45 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/83F4-15B1-984D-03F1>